



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA N° 045/2023 – 21 DE NOVEMBRO DE 2023

2º PERÍODO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

13ª LEGISLATURA

21/11/2023

Início: 09:50h

Encerramento: 11:56h

PRESIDÊNCIA: Eder Ribeiro da Silva (Coronel Eder)

VICE-PRESIDÊNCIA: Alessandro Marques de Almeida (Sandro Marques)

SECRETARIADO: 1º Secretário – Aristóteles José Valcácio (Thellys Valcácio)

2º Secretário – Jairo Santos Silva (Jairo da Saúde)

Vereadores Presentes:

1. David Sodrê Honorato
2. Herbert da Silva Lima
3. Hesio Moreira
4. Manoel Brasilino da Fonseca
5. Mauro Roberto Dias de Oliveira (Roberto Nagibão)
6. Neldson Elias de Sousa (Investigador Missão)
7. Tatiane Helena Soares

Vereadores Ausentes:

1. Antonio Sérgio Silva
2. Frankly Delbio Falcon Pacheco

Leitura de um trecho da Bíblia Sagrada: Vereador David Sodrê Honorato

Votação do conteúdo da ata da Sessão anterior: Aprovada por unanimidade.

EXPEDIENTES

1. Ofício N° 16/2023 – Conselho Administrativo/IPMP

PARA ENCAMINHAMENTO ÀS COMISSÕES

Nenhum.

TRIBUNA POPULAR

SENHOR ALEXANDRO COELHO DE OLIVEIRA (CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPMP): Adiantou que o tema a ser tratado é delicado, pois envolve vidas de pessoas que já estão aposentadas, que se refere ao pedido de parcelamento do aporte previdenciário pelo Executivo, um pedido que já veio com vícios, pois todo plano que chega ao conselho administrativo do IPMP deve virar lei, e a lei que foi apresentada se embasa em um plano de 2020, cujos valores já não correspondem à atualidade, ou seja, estão defasados, esclareceu que os estudos devem ser realizados por um técnico qualificado, diante disso há um iminente perigo financeiro para o instituto e para a prefeitura, é importante, portanto, que seja realizado pelo executivo um aporte financeiro no valor de R\$ 1.800.000,00 para o instituto até o dia 31 deste ano. Acrescentou que caso não seja feito o aporte este ano, o valor a ser aportado pela prefeitura a partir do ano que vem chegará a



R\$ 4 milhões de reais e o município não terá recurso no cofre para isso, com risco de colapsar o sistema. Algumas medidas podem ser tomadas para minimizar o déficit atual e, neste sentido, a realização de um novo concurso público se faz urgente.

VEREADOR MAURO ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA: Questionou o que levou o instituto a este quadro tão caótico.

SENHOR ALEXANDRO COELHO DE OLIVEIRA: Esclareceu que o instituto foi criado em 1993, fazendo 30 anos neste ano de 2023, desde então, muitas pessoas já estão aposentadas, e não houve a recomposição humana necessária, que deveria haver concurso público a cada 2 anos, no máximo 4, para auxiliar nessa recomposição, e estamos desatualizados em cerca de oito concurso.

SENHOR EDNALDO COLARES DA SILVA (SINPEMP): Manifestou-se sobre a questão do Instituto de Previdência Municipal de Paragominas e disse que tal situação se deve à irresponsabilidade do executivo, que não adianta responsabilizar governos anteriores, pois é o governo atual que deve agir para reverter a situação. Disse que todos os dias a classe trabalhadora do município vem sofrendo um atentado, como o descumprimento da Lei 1029/2020, que trata da amortização do déficit atuarial do IPMP. Reforçou que a realização de concurso público amenizará a situação, mas é preciso que o executivo faça o seu trabalho. E registrou o seu repúdio contra os atos do executivo municipal.

MANIFESTAÇÕES EM TEMA LIVRE

VEREADOR MAURO ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA (ROBERTO NAGIBÃO): Cumprimentou a todos e expressou o seu respeito pelos representantes que se manifestaram na tribuna popular e disse que o regime próprio de previdência está tendo dificuldades nos diversos municípios. Que se o problema é concurso público, não se deve responsabilizar a gestão atual, pois foram os outros gestores ao longo dos 30 anos que deixaram de cumprir essa obrigação, disse ainda que acredita que ainda nesta gestão será realizado concurso, pois está no planejamento. Entende que o IPMP está com esse déficit devido a leis irresponsáveis que foram aprovadas por esta Casa por vereadores que cederam à pressão. Acredita que o município não tem R\$ 20 milhões para aportar ao IPMP e, caso seja aprovado esse aporte, será mais uma lei irresponsável que vai comprometer o orçamento do município pelos próximos 10 anos. Informou que o orçamento de R\$ 700 milhões aprovado para o ano vindouro é apenas uma estimativa, que não existe esse recurso.

VEREADOR ALESSANDRO MARQUES DE ALMEIDA: Enalteceu a condição que se encontra o IPMP, que não podemos olhar para fora, para a má gestão de outros municípios, que o IPMP tem dado exemplo para a nação brasileira, e nos últimos 10 anos tem feito o dever de Casa. O fato é que desde janeiro de 2021 não temos visto um olhar decente da gestão do município para com o instituto, que os gestores que passaram pelo IPMP não tem a formação adequada para estar à frente e essa é uma escolha exclusiva do prefeito. Não é possível realizar aplicações em bolsas sem conhecimento do assunto. Disse que a lei que trata do aporte não aconteceu agora, foi aprovada em 2020, e as medidas que foram adotadas levaram ao parcelamento em 60 vezes, que o FPM já está comprometido, as obras não são apresentadas, mas as parcelas estão sendo pagas. E se a situação seguir assim, o instituto vai falir. Questionou por que o servidor não pode receber por aquilo que ele estudou e por aquilo que ele contribuiu. Ninguém lembra que o servidor contribuiu, só que ele recebe. Em seguida, conclamou os vereadores a rejeitarem o veto encaminhado pelo executivo às emendas deste legislativo ao PL 010/2023, que trata do piso da enfermagem, cujos efeitos darão à categoria o direito de ter o valor do piso incorporado à aposentadoria.

VEREADOR NELDSO ELIAS DE SOUSA: Cumprimentou a todos, disse que precisamos ter esperança no futuro, mas esta esperança deve ser acompanhada de ação, acrescentou que tivemos um retrocesso no



sentido dos direitos dos servidores, disse ainda que é contra o veto do executivo ao PL 010/2023 porque não beneficia o povo e a sua conduta nesta casa sempre será em prol do povo de Paragominas.

ORDEM DO DIA – PRIMEIRA PARTE

PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

01. REQUERIMENTO Nº 219/2023

AUTORIA: Vereadora Tatiane Helena Soares

ASSUNTO: Requer informações pormenorizadas acerca da exploração comercial dos quiosques no Lago Verde, e como ocorrerá seu funcionamento.

DISCUSSÃO: Sem manifestações.

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

02. REQUERIMENTO Nº 220/2023

AUTORIA: Vereadora Tatiane Helena Soares

ASSUNTO: Requer informações do Executivo Municipal pertinentes às obras de ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Paragominas.

DISCUSSÃO: Sem manifestações.

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

03. REQUERIMENTO Nº 221/2023

AUTORIA: Vereador Neldson Elias de Sousa (Investigador Missão)

ASSUNTO: Requer informações sobre a situação do equipamento de tomografia computadorizada TC no Hospital Municipal de Paragominas.

DISCUSSÃO: O autor do requerimento informou que foi procurado por cidadãos que necessitam desse serviço que ainda não está funcionando. Disse que a saúde não pode esperar e fez apelo para que o prefeito e a secretária de saúde tomem providências para a solução do problema. Vereador Hesio Moreira: parabenizou o autor do requerimento, disse que na sessão passada foi falado sobre esse assunto, e lembrou que no próximo dia 29 a secretária de saúde virá a esta Casa para prestar esclarecimentos sobre o setor da saúde e o tomógrafo estará entre os assuntos. Vereador Aristóteles José Valcácio (Thellys Valcácio): Disse que os assuntos têm sido repetitivos aqui nesta Casa, mas estes vereadores não podem deixar de buscar a solução para os problemas, coisas que não deveriam estar acontecendo hoje, mas estão, que o slogan da gestão é cuidar das pessoas e não tem feito, que os requerimentos apresentados por esta Casa não são atendidos, lembrou que esta Casa repassou à prefeitura o valor de R\$ 500 mil reais e não enxergamos a aplicação adequada desses recursos. Vereadora Tatiane Helena Soares parabenizou o autor, lembrou que este tomógrafo foi entregue a este município pelo ex-deputado Thiago Costa, por um pedido seu, e que hoje não está em funcionamento, um equipamento de grande necessidade, portanto, solicita que seja consertado o quanto antes.

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

04. REQUERIMENTO Nº 222/2023

AUTORIA: Vereador Neldson Elias de Sousa (Investigador Missão)

ASSUNTO: Requer estudos e viabilidade para construção de uma ponte ou passarela entre as ilhas no Lago Verde.



DISCUSSÃO: O autor esclareceu que este é mais uma demanda da população que frequenta o Lago Verde, entende que essa obra vai contribuir para o lazer das pessoas e para estimular o turismo no município. O vereador Aristóteles José Valcácio parabenizou o autor e reforçou que tal obra valorizará esse equipamento público.

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade dos vereadores presentes.

ORDEM DO DIA – SEGUNDE PARTE

PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO:

1. VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 059/2023

AUTORIA: Poder Executivo Municipal

ASSUNTO: Veto ao Parágrafo Único do Art. 2º e aos artigos 4º, 5º e 8º do Projeto de Lei nº 059/2023, que dispõe sobre a regulamentação da assistência financeira complementar repassada pela União Federal visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e dá outras providências.

DISCUSSÃO: Sem manifestações.

VOTAÇÃO: Veto rejeitado por maioria absoluta, registrando-se o voto pela manutenção do veto pelos Vereadores Jairo Santos Silva, Manoel Brasilino da Fonseca e Mauro Roberto Dias de Oliveira.

O PRESIDENTE INFORMOU SOBRE A PROMULGAÇÃO DA NOVA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS APÓS A EMENDA Nº 006/2023: Antes de passar para as explicações finais, o Presidente informou a todos que, no dia 14 de novembro de 2023, a Mesa da Câmara Municipal promulgou a Lei Orgânica do Município de Paragominas, com as emendas provenientes da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 002/2023, a qual foi aprovada em duas votações, resultando na Emenda à Lei Orgânica nº 006, de 2023. Assim, foi declarada promulgada a nova Lei Orgânica do Município de Paragominas, para conhecimento da população e Órgãos Municipais e Estaduais.

EXPLICAÇÕES FINAIS

VEREADOR DAVID SODRÉ HONORATO: Cumprimentou a todos, disse que é muito triste vir a esta Casa um pedido de parcelamento do aporte ao IPMP, que vem atentando aos vereadores desde o início do ano para que não chegasse a este ano, que este recurso é de cada um daqueles que contribuem. Em seguida, falou sobre a rejeição do veto do poder executivo, que foi uma decisão embasada na Lei Federal, e uma forma de reconhecimento àqueles que colocaram a sua vida em risco na pandemia para salvar a nossa população. Que estes vereadores lutam pelo que é certo e espera que o prefeito tenha a sensibilidade de cumprir a lei. Disse que apoiou o prefeito, mas este deixou de dar ouvidos àqueles que querem o bem do município para ouvir outros que não tem comprometimento. E parabenizou o presidente, pela postura coesa nesta Casa, em prol da nossa cidade.

VEREADOR NELSON ELIAS DE SOUSA (INVESTIGADOR MISSÃO): Cumprimentou o público e disse que hoje se fez justiça, que o não dado ao veto foi uma escolha da maioria e deve ser respeitada, ressaltou



o empenho dos servidores da saúde que estavam na linha de frente durante a pandemia e merecem o reconhecimento. Por fim, disse que o povo não deve deixar que ninguém decida por ele.

VEREADOR ARISTÓTELES JOSÉ VALCÁCIO (THELLYS VALCÁCIO): Manifestou a sua felicidade com a queda deste veto de alguém que não tem responsabilidade com o povo de Paragominas. Que o servidor público na pandemia tinham o devido valor e quando passou a pandemia, os servidores são descartados como se não fosse nada. Lembrou que foi acometido três vezes pela Covid-19 e precisou ficar internado por 7 dias e percebia o carinho com que estes servidores tratavam aqueles que precisavam dos seus cuidados. Que é preciso resgatar aquilo que é de direito da população, pois a saúde está no balão de oxigênio. Que a culpa não é de quem votou no prefeito Lucídio, porque acreditou nas suas promessas de que trabalharia em prol da saúde do município, mas estas pessoas foram traídas por aqueles que confiaram.

VEREADOR TATIANE HELENA SOARES: Expressou a sua alegria pela votação que levou à rejeição do veto, nada mais do que justo o reconhecimento à categoria da enfermagem, e disse que estes vereadores sempre estarão lutando pelo servidor público. Disse que esta luta não é só dos servidores, mas de todos que estão engajados por um futuro melhor.

PRESIDENTE EDER RIBEIRO DA SILVA: Disse saber o que é ter a sua aposentadoria garantida e que fazer qualquer discurso falando das próximas eleições é muito fácil, a sua preocupação maior é com as próximas gerações. Não aceita que a sociedade pague a conta de uma gestão equivocada e a partir de hoje precisamos ficar atentos a todos os movimentos para não se inviabilizar o próximo governo. Que sempre é questionado se é candidato e, disse que sim, é pré-candidato, e vai continuar buscando com muita responsabilidade corresponder aos anseios da nossa sociedade.

O SENHOR PRESIDENTE, VEREADOR EDER RIBEIRO DA SILVA, observando não haver mais assunto a tratar, declarou encerrada a sessão às 11:46 horas. Foi lavrada a ata que vai assinada pelos membros da mesa e demais vereadores presentes.